

Parecer do Dirigente de Controle Interno

Presidência da República – Secretaria de Governo – Secretaria de Controle Interno

Parecer nº: 6/2016
Relatório nº: 201601868
Unidade Auditada: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo - Sebrae/SP
Ministério Supervisor: Secretaria de Governo da Presidência da República- Segov/PR
Município: São Paulo/SP
Exercício: 2015
Autoridade Supervisora: Geddel Vieira Lima

Tendo em vista os aspectos observados no processo de prestação de contas anual do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo - Sebrae/SP, relativo ao exercício de 2015, expresso a seguinte opinião acerca dos atos de gestão com base nos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.

2. Inicialmente, é necessário destacar que o escopo dos exames restringiu-se ao que foi definido conjuntamente entre a Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo do Tribunal de Contas da União, a Secretaria de Controle Interno da Secretaria de Governo da Presidência da República – Ciset/Segov-PR e a então Controladoria-Geral da União – CGU, responsável pela realização dos trabalhos de campo.

3. No que diz respeito à gestão da Unidade, ressaltou-se no Relatório de Auditoria Anual de Contas que (1) as metas mobilizadoras propostas pelo Sistema Sebrae foram cumpridas e superadas pelo Sebrae/SP; (2) 13 das 19 metas de atendimento foram impactadas por fatores relacionados à retração econômica em 2015 e apresentaram cumprimento parcial; (3) todos os seis indicadores avaliados atendem aos critérios de completude, comparabilidade, confiabilidade e acessibilidade; (4) a UPC dispõe de estrutura de pessoal e tecnológica adequada, bem como normativos internos que proporcionam o alcance dos objetivos previstos nos instrumentos de transferências celebrados; e (5) os procedimentos adotados pela entidade nos processos licitatórios e nas compras diretas estavam compatíveis com a legislação aplicável e as orientações dos órgãos de controle, não tendo sido observadas impropriedades ou irregularidades.

4. Quanto aos controles internos administrativos, avaliou-se que o Sebrae/SP apresenta níveis avançados de procedimentos para o acompanhamento das atividades da unidade.

5. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN TCU n.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o Ministro de Estado supervisor deverá ser informado de que as peças sob a responsabilidade da Ciset/Segov-PR estão inseridas no Sistema e-Contas do TCU, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União por meio do mesmo sistema.

Brasília, 28 de setembro de 2016.

EDSON LEONARDO DALESCIO SÁ TELES
Secretário de Controle Interno